UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ALEGRETE

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA LICENCIATURA

IZABEL CRISTINA BOTELHO DOS SANTOS

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

ALEGRETE/RS

2021

IZABEL CRISTINA BOTELHO DOS SANTOS

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr.ªMartha Giudice Narvaz

ALEGRETE/RS

2021

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr.ª Martha G. Narvaz

Aprovado em: 16/07/2021

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora Prof.ª Dr.ª Martha Narvaz

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

_____

Prof.ª Dr.ª Edilma Machado de Lima

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

_____

Prof.ª Ms. Auristela Fernandes de Oliveira

Prof.ª Anos Iniciais Emeb Erípedes Brasil Milano

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida;

A meus pais, Luiz Homero e Maria (in memória), por me concederem esta benção;

A meus filhos Débora, Gustavo e Rafael, pelo apoio ao longo de toda minha trajetória do Curso de Graduação em Pedagogia;

A UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, da qual tenho muito orgulho de fazer parte.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o de relatar uma experiência docente tendo a contação de histórias como estratégia pedagógica para o trabalho com a diversidade étnico-racial na escola. Define-se assim nossa questão de pesquisa: a contação de histórias pode contribuir como estratégia adequada para o trabalho com as questões de preconceito e das relações étnico-raciais na escola? Os fundamentos teóricos baseiam-se nas normativas acerca do combate ao racismo e à obrigatoriedade da inclusão da temática das relações étnico-raciais nas instituições de ensino no Brasil. O método escolhido, de abordagem qualitativa, foi o método autobiografico. Além de estimular o prazer de ler, de apreciar histórias e desenvolver a criatividade, a contação de histórias com literatura apropriada pode contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e das diferenças identitárias sob o prisma da questão racial. Conclui-se que a contação de histórias é importante dispositivo pedagógico no desenvolvimento de diversas habilidades, dentre elas, o desenvolvimento de valores de respeito à diversidade étnico-racial. Destaca-se a necessidade de formação docente para o trabalho com a temática a fim de efetivamente contribuir para a implementação das normativas educacionais e auxiliar na erradicação do racismo em nossa sociedade.

PALAVRAS CHAVES: Contação de Histórias. Relações Étnico-Raciais. Formação Docente. Método Autobiográfico.

ABSTRACT

The aim of this paper is to report a teaching experience having storytelling as a pedagogical strategy for working with ethnic-racial diversity at school. Thus, our research question is defined: can storytelling contribute as a strategy for working with issues of prejudice and ethnic-racial relations at school? The theoretical foundations are based on regulations about the fight against racism and the mandatory inclusion of the theme of ethnic-racial relations in educational institutions in Brazil. The chosen method, with a qualitative approach, was the autobiographical method. In addition to stimulating the pleasure of reading stories and developing creativity, storytelling with appropriate literature can contribute to the recognition and appreciation of cultural diversity and identity differences from the perspective of the racial question. The conclusion is that storytelling is an important pedagogical strategy in the development of several skills, including the development of values of respect for ethnic-racial diversity. The need for teacher training to work with the theme is highlighted, in order to contribute to the implementation of educational norms and help to eradication of racism in our society.

PALAVRAS CHAVES: Storytelling. Ethnic- Racial Relations. Teacher Training. Autobiographical Method.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Minha avó: Ancestralidade índigena.....22

Figura 2- Capa do Livro A menina Bonita do Laço de Fita.....22

Figura 3- A Menina Bonita do Laço de Fita.....23

Figura 4- A mãe da Menina Bonita do Laço de Fita.....23

Figura 5- O Coelho Branco.....23

Figura 6- a Família do Coelho Branco.....24

Figura 7- Contação de História.....24

Figura 8- Contação de História.....24

Figura 9- Contação de História.....24

Figura 10- Teatro na Feira do Livro.....25

Figura 11- Teatro na Feira do Livro.....25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE/CP- Conselho Nacional Educação Conselho Pleno

DCNEI- Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Infantil

EUA- Estados Unidos da América

PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação á Docência

PUC-RJ- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UERGS- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 REVISÃO DA LITERATURA 12
3 PERCURSO METODOLÓGICO 16
4 NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA 19
5 DISCUSSÃO 25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 29
REFERÊNCIAS 30

1 INTRODUÇÃO

A Educação para as Relações Étnico-Raciais é uma conquista recente na educação brasileira. Em 2003, no governo do presidente Lula, foram aprovadas a Lei de 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e, em 2008, a Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que asseguram a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas públicas e particulares. A medida vale para as escolas de Ensino Fundamental e deverá fazer parte de todo o currículo escolar, especialmente na Educação Artística, na Literatura e na História. O conteúdo escolar deverá incluir o estudo da História da África e dos africanos, a luta e cultura dos negros e indígenas no Brasil. A proposta é enfatizar a contribuição de todos esses grupos – nas áreas social, econômica e política – para a formação da população brasileira (RODRIGUES; CARDOSO, 2019).

A partir de 2004, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para as Relações Étnico- raciais, que tem como princípios:a formação política e histórica da diversidade; a formação das identidades e o combate à privação de direitos; o apoio pedagógico a professores e gestores para a elaboração de planos, projetos, conteúdos e métodos de ensino com foco na História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e nas Relações Étnico-raciais e, ainda, a oferta de formação continuada de professores (BRASIL, 2013).

A Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), instituiu o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil, buscando garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos seus direitos e o combate à discriminação e à intolerância étnica. Segundo o Estatuto, considera-se:

> I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
> II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;
> III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;
> IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;
> V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;
> VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

O artigo 11 deste Estatuto reforça que, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da História Geral da África e da história da população negra no Brasil; já o artigo 13 prevê que o Poder Executivo Federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superiores públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira (BRASIL, 2010).

Acompanhando o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2015), o Plano Estadual de Educação (PPE) do Rio Grande do Sul, Lei 14.705/2015 (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015), também prevê em suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, à orientação sexual e às escolhas religiosas; o combate ao racismo e a todas as formas de preconceito.

Diante do exposto, observa-se que não faltam diretrizes e princípios a fundamentar a necessidade da Educação para a Diversidade Étnico-Racial em nosso país. Mas estas normativas precisam sair do papel, ser materializadas em práticas, o que traz novos desafios à formação docente. Nesse sentido, buscamos contribuir com o presente trabalho acerca da reflexão sobre a necessidade de formação docente para o trabalho com as relações étnico-raciais na escola, bem como o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas para isso, destacando-se, dentre elas, a contação de histórias. Define-se, assim, nossa questão de pesquisa: Como a contação de histórias pode contribuir como estratégia para o trabalho com as questões de preconceito e de diversidade das relações étnico-raciais na escola?

Inicialmente, realizamos uma breve revisão da literatura acerca de temas pertinentes à investigação; em seguida, discorremos sobre o método autobiográfico, eleito para a condução do estudo. Posteriormente, apresentamos o relato da experiência, material a partir do qual procedemos à análise e discussão à luz do referencial teórico apresentado e, ao final, tecemos algumas considerações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Contar histórias é a mais antiga das artes. A linguagem oral é a mais remota figura da comunicação entre as pessoas que, nos velhos tempos, reuniam-se ao redor do fogo para se esquentar alegrar, dialogar, narrar acontecimentos, cantar e dançar. As pessoas aí reunidas contavam e repetiam histórias, para guardar suas tradições e sua língua. A ação de contar e ouvir possibilita o resgate da memória cultural e afetiva por meio da transmissão do conhecimento acumulado pelas gerações, sobre tudo de crenças, mitos, costumes e valores a serem resguardados pela comunidade (CARDOSO; FARIA 2016).

Contar e ouvir história é uma atividade apreciada por adultos e crianças em diversos lugares do mundo. Segundo Cademartori (2010), a Literatura Infantil é um gênero literário definido pelo público a que se destina. Certos textos são considerados pelos adultos como sendo próprios para crianças, criteiro a partir do qual passam aocupar determinado lugar entre os livros. O que é classificado como literatura infantil não depende da concepção que a sociedade tem da criança e de seu entendimento do que seja infância. Mas os dois conceitos são instáveis, uma vez que variam em diferentes épocas e culturas. Assim,

> [...] o livro para crianças pode ser definido a partir do leitor implícito– isto é, a partir do tipo de leitor que o texto prevê. Os principais traços do leitor implícito do texto infantil são: um leitor em formação e com vivências limitadas por força deidade (CADEMARTORI, 2010).

A primeira coletânea de contos infantis surgiu no século XVII, na França, organizada pelo poeta e advogado Charles Perrault. As histórias recolhidas por Perrault tinham origem na tradição oral e até então não haviam sido documentadas. Oito estórias foram contempladas: A Bela Adormecida no Bosque; Chapeuzinho Vermelho; O Barba Azul; O Gato de Botas ; As Fadas; Cinderela ou A Gata Borralheira; Henriquedo Topete e O Pequeno Polegar. A Literatura Infantil como gênero literário que nasceu com Charles Perrault só foi amplamente difundida posteriormente, no século XVIII, a partir das pesquisas linguísticas realizadas na Alemanha pelos Irmãos Grimm (PEREZ, s/d).

Para Rodrigues et al. (2013), no Brasil, a Literatura Infantil, chega mais tarde, inicialmente com adaptações de textos europeus feitos por Alberto Figueiredo Pimentel. Só a partir de1922 surge uma produção própria brasileira pelas mãos de Monteiro Lobato. Depois de Lobato, aprodução de literatura infantil no Brasil ficou reprimida por um longo período, sendo retomada a partir dos anos 1970, quando passou a sertema de estudos e seminários, época também na qual surgiram os quadrinhos e a produção gráfica destinada às crianças. A produção literária para os já alfabetizados, com certo domínio da leitura, é muito ampla e diversificada.

Nela podemos citar as obras de Sylvia Orthof, Ruth Rocha e Ziraldo, obras de grande sucesso junto ao público infantil. Na poesia infantil, destacam-se as obras de Cecília Meireles, Vinicius de Morais, Roseana Murray, Elias José e Maria Dinorah, entre outros. Barros (2013) fala da importância da Literatura Infantil já no momento em que a criança toma contato oralmente com ela, e não somente quando se torna leitora. Ouvir histórias tem uma importância que vai além do prazer de ouvir. É através dela que a criança pode conhecer coisas novas, para que seja iniciada a construção da linguagem, da oralidade, de ideias, valores e sentimentos, os quais ajudarão na sua formação pessoal. É importante contar histórias mesmo para as crianças que já sabem ler:

> [...] quando a criança sabe ler é diferente sua relação com as histórias, porém, continua sentindo enorme prazer em ouvi-las‖. Quando as crianças maiores ouvem as histórias, aprimoram a sua capacidade de imaginação, já que ouvi-las pode estimular o pensar, o desenhar, o escrever, o criar, o recriar. Num mundo hoje tão cheio detecnologias, onde as informações estão tão prontas, a criança que não tiver a oportunidade de suscitar seu imaginário, poderá no futuro, ser um indivíduo sem criticidade, pouco criativo, sem sensibilidade para compreender a sua própria realidade (ABRAMOVICH, 1997[1], apud CASTRO, 2016, p. 23).

Contar histórias proporciona à criança despertar a criatividade e ir além de seu tempo e espaço, podendo se imaginar em outros mundos e em situações diversas. Para Cardoso e Faria (2016), a criança que ouve histórias com frequência educa sua atenção, desenvolve a linguagem oral e escrita, amplia seu vocabulário e aprende a procurar nos livros novas histórias para o seu entretenimento (COELHO, 1999, p. 26). Assim, ouvir histórias ajuda na formação de um bom leitor, bem como na descoberta e na compreensão do mundo (ABRAMOVICH, 1997, apud CASTRO, 2016). Mas é fundamental nesse contexto o papel do contador de histórias. Conforme Andrielly Silva (2009, p. 34):

> Seu papel é levar o ouvinte a tornar-se leitor, por isso, além de proporcionar-lhe um entretenimento na hora da contação, presta-lhe também informações sobre o livro onde a história se encontra o nome de seu autor, a editora que o publicou. [...] O contador é antes de tudo um leitor privilegiado, que cumpre seu papel ativo: faz leituras prévias, seleciona textos, informa-se sobre o autor, observa a ilustração do livro, memoriza o texto, interpreta suas intenções para transformá-las em modulações de voz e gestos.

Segundo Francisca Maciel (2010), o contador de histórias pode, em suas mediações, recorrer a estratégias variadas em sua prática, tais como a dramatização e o uso de fantoches, associar a leitura a passagens de outros romances, contos e poemas, enfim, o que possibilita

[1]ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: Gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

às crianças envolverem-se na miniatura de mundo que é cada livro. Assim, ao contar histórias para as crianças estamos trabalhando o lúdico, desenvolvendo na criança a imaginação, organização de ideias, a linguagem oral e escrita, o prazer pela arte e a habilidade de dar lógica aos acontecimentos e estimular o interesse pela leitura. Para Edvânia Rodrigues, a contação de histórias é atividade própria de incentivo da imaginação, de trocas entre o fictício e o real. Embora os fatos, as cenas contadas sejam imaginárias, "os sentimentos e as emoções vivenciadas pela contação de histórias vão além da ficção e se materializam na vida real" (RODRIGUES, 2005, p. 4).

A contação de histórias tem papel fundamental nos processos de ensino-aprendizagem, seja em relação aos aspectos cognitivos, racionais, da inteligência lógica e racional, quanto em relação aos aspectos afetivos, sensoriais, relacionais, de desenvolvimento da imaginação e da sensibilidade. A riqueza da contação de histórias vai, portanto, além do desenvolvimento de habilidades cognitivas para contribuir também na formação da identidade, na consciência de si, do outro e do mundo. Os contos nos ensinam a enxergar as diferenças culturais e apreciar a diversidade (TORRES; TETTAMANZY, 2008).

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948), parece consenso que toda pessoa deva ter a capacidade para gozar de direitos e liberdades sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Contudo, vivemos num pais onde há muita desigualdade, discriminação e preconceito, destacando-se aqui, para os propósitos deste trabalho, em relação a pessoas ditas de cor, ou racializadas, o que, em geral se fala erroneamente em raça. Segundo Bezerra e Machado (2017), o conceito de raças diferentes de seres humanos foi abortado pela comunidade científica na segunda metade do século XX, pois fatores genéticos não seriam relevantes para explicar a diversidade da raça humana em subcategorias. O termo raça reforçaria o preconceito e o racismo. O racismo é a crença de que há raças humanas, mesmo que isto não seja aceito cientificamente, o que leva à ideia de que existiriam raças diferentes de seres humanos, umas superiores a outras. Apesar de a raça ser ligada a fatores biológicos, muitas vezes o termo é usado para designar grupos de culturas diferentes, ou seja, etnias, por isso o termo étnico-racial.

Para Porfírio (2020, p.6), racismo é:

> [...] a denominação da discriminação e do preconceito (direta ou indiretamente) contra indivíduos ou grupos por causa de sua etnia ou cor. É importante ressaltar que o preconceito é uma forma de conceito ou juízo formulado sem qualquer conhecimento prévio do assunto tratado, enquanto a discriminação é o ato de separar, excluir ou

> diferenciar pessoas ou objetos.

Este mesmo autor distingue três formas de racismo: a discriminação racial, o racismo estrutural e o racismo institucional. A discriminação racial ou crime de ódio racial é uma forma direta de racismo, um indivíduo ou grupo manifesta-se de forma violenta física ou verbalmente contra outros indivíduos ou grupos por conta da etnia, raça ou cor, bem como nega acesso a serviços básicos (ou não) e aos locais pelos mesmos motivos. O racismo estrutural, de maneira ainda mais branda e por muito tempo imperceptível, tende a ser ainda mais perigoso por ser de difícil percepção. Trata-se de um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutido em nossos costumes e que promove, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. De maneira menos direta, o racismo institucional é a manifestação de preconceito por parte de instituições públicas ou privadas, do Estado e das leis que, de forma indireta, promovem a exclusão ou o preconceito racial. Podemos tomar como exemplo as formas de abordagem de policiais contra negros, que tendem a ser mais agressivas (PORFÍRIO, 2000).

No Brasil, o racismo, em todas suas formas, sempre foi negado, ocultado pelo mito da democracia racial, ao qual contribuiu a obra de Gilberto Freyre, especialmente Casa-Grande & Senzala, de 1933, fazendo a miscigenação parecer um sinônimo de tolerância (SCHWARCZ, 2012). Formou-se uma imagem da sociedade brasileira não apenas no contexto nacional, mas também no panorama internacional como uma sociedade multiracial:

> No processo de construção do Estado nacional, o Brasil passaria a representar, apartir dos anos1920 e 30, um caso interessante, já que praticamente nenhum conflito étnico ou regional se manifestara, ou pelo menos ganhara visibilidade, e nenhuma dominação racial oficial fora instituída depois da Abolição. Ademais, após1888, a inexistência de categorias explícitas de dominação racial incentivava ainda mais o investimento na imagem de um paraíso racial e a recriação de uma história em que a miscigenação aparecia associada a uma herança portuguesa particular e àsua suposta tolerância racial, revelada em um modelo escravocrata mais brando, ainda que mais promíscuo. Difícil imaginar uma mera licenciosidade em um país tão dependente do cativeiro negro e que ganhou a triste marca de ter sido o último a abolir a escravidão (SCHWARCZ, 2012, p.100).

Se uma sociedade nega seu racismo, nao tem como combatê-lo, por isso é importante reconhecer o racismo na sociedade, inclusive na escola. Os professores exercem importante papel no processo da luta contra opreconceito e adiscriminação racial no Brasil. Entretanto, a formação docente para o trabalho com as questões de preconceito e diversidade étnico-racial ainda são recentes e precárias em nosso país (SOUZA; CROSO, 2007), apesar de todas as leis e normativas educacionais existentes, tais como as Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.288/2010, as DCNs para as Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2013) e os Planos Nacional (BRASIL, 2015) e Estadual de Educação (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Todas estas normativas enfatizam a importância da formação pedagógica e o apoio a professores e gestores para a elaboração de planos, projetos, conteúdos e métodos de ensino com foco na Educação para a Diversidade das Relações Étnico-Raciais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo, de abordagem qualitativa, busca responder a questões muito particulares, importando-se com o universo de significados, de motivos, de crenças, de valores e de atitudes dos sujeitos pesquisados. A abordagem qualitativa valoriza, assim, a experiência subjetiva e a reflexão sobre ela (MINAYO, 2000). O método escolhido foi o das narrativas autobiográficas, ou método (auto) biográfico, no qual a autora narra sua experiência e a partir dela faz suas análises e considerações a fim de compreeender seu problema de pesquisa.

O método (auto) biográfico surgiu na Alemanha no final no século XIX e foi utilizado de forma sistemática a partir de 1920 por sociólogos americanos da escola de Chicago. Havia a necessidade de uma nova metodologia diante dos desafios de compreender a vida cotidiana com a instauração do capitalismo avançado, mas uma metodologia que não se alinhasse ao positivismo, então criticado pelas ciências humanas e sociais. O método (auto) biográfico valorizava a subjetividade na compreensão das experiências, o que não era possível segundo os métodos quantitativos e experimentais de pesquisa (NÓVOA; FINGER, 2010[2], apud SANTOS; GARMS, 2014).

Os materiais utilizados na construção das narrativas (auto) biográficas podem ser de dois tipos: 1) materiais biográficos primários, recolhidos por um (a) pesquisador (a) por meio de entrevistas ou mesmo de relatos de experiência; e, 2) materiais biográficos secundários, tais como correspondências, fotografias, documentos oficiais, processos verbais, recortes de jornal (SANTOS; GARMS, 2014).

O método biográfico tem sido muito utilizado nas pesquisas em educação, dentre elas, nas que se referem à formação docente. Nestes casos, a narrativa autobiográfica implica a consideração de dois aspectos da formação: o primeiro, do processo de formação do sujeito mesmo; o segundo, do ponto de vista do formador/pesquisador, ou seja, da formação enquanto teoria própria da ciência da educação. A construção das narrativas e sua leitura, análise e discussão, em contextos de formação inicial e continuada de professores, possibilitam o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes, pois, ao contarem alguns acontecimentos pertinentes à profissão, os professores fazem mais do que registrar um acontecimento, pois, ao refletirem sobre suas práticas, podem mudar formas de pensar e atuar, mantendo uma postura crítica e reflexiva diante de seu desempenho (FREITAS; GALVÃO, 2007; SANTOS; GARMS, 2014).

---

[2]NÓVOA, Antonio; FINGER, Mathias (Org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. São Paulo: Paulus, 2010.

Com base nestes aspectos é que foi eleito o método autobiográfico para a condução do presente estudo, cujo material baseou-se em minha própria narrativa, resgatando memórias de infância e experiências vivenciadas no Curso de Formação em Pedagogia: Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O objetivo desta investigação foi o de refletir sobre a contribuição da contação de histórias como proposta de intervenção pedagógica para a educação para as relações étnico-raciais, tal como propõe a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que normatiza a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino.

4 NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Lembro desde a infância, devia ter uns sete anos de idade, de sofrer com o preconceito por causa da cor da minha pele escura. Sou descendente de índios e portugueses, por isso não me considero uma mulher negra. Minha avó paterna era indígena (ver Figura 1) e sempre ouvia histórias sobre nossas origens e tinha orgulho disso. Mas não me sentia diferente. Para mim, minha cor era "normal". Contudo, minhas amigas, quando me chamavam para brincar com elas de roda, ficavam o tempo todo limpando as mãos quando tocavam em mim. Mesmo sem entender o que se passava comigo ficava muito triste, chegava em casa e contava para minha mãe e ela simplesmente me dizia: filha um dia tu vai crescer e entender tudo isso que está se passando contigo hoje. Tinha apelidos como: negra, nega baia, macaca chita, o que me deixava triste por ser comparada a uma macaca ou até mesmo a algo que fosse sujar uma pessoa. Não entendia o motivo daquilo e em minha educação escolar isso nunca foi falado, abordado de forma alguma.

Quando estava cursando o 2º ano Ensino Fundamental em uma escola estadual aqui na cidade de Alegrete, ouvi pela primeira vez em uma aula de história falar dos negros que eram escravizados. Aprendi que negros e indígenas foram escravizados quando "descobriram" o Brasil. Comecei a perceber que a minha cor mais escura fazia diferença em relação à cor das minhas amigas, por isso, toda vez que elas me chamavam para brincar, eu sempre inventava uma desculpa e ficava de longe observando as brincadeiras. Naquela época não sabia o que era o preconceito talvez por falta de informação mesmo. Eu e minhas amigas crescemos juntas, mas tudo que passei na minha infância jamais será esquecido por mim, porque somente quem passa por rejeição, preconceito, discriminação sabe. É como se fossem marcas deixadas lá no fundo da alma da gente. Uma cicatriz que nunca será esquecida.

Durante meu estágio do Curso Normal Magistério, na escola Oswaldo Aranha em Alegrete, em uma turma de Educação Infantil, aconteceu o que eu menos imaginava: sofrer preconceito por parte de uma criança de apenas cinco anos de idade. Ela era branca como a neve tinha e os cabelos cacheados, louros, o rosto com duas bochechas rosadas, parecia uma menina de filme americano. Tudo aconteceu durante o intervalo para o recreio da turma: ela sempre gostava de ser a primeira da fila, mas quando a peguei pela mão, na fila, ela me olhou com uma carinha de brava e puxou rápida a mão, como se tivesse limpando a mão na roupa.

A professora regente da turma viu o que estava acontecendo e chamou a menina para conversar. Mas eu falei para ela: deixa, é apenas uma criança, não sabe o que faz! A professora regente me falou: "Não posso deixar como está, porque estamos aqui para ensinar.

Vou mandar chamar a mãe dela para conversarmos sobre isso". No dia seguinte a mãe da menina foi até a escola e conversou com a professora regente e disse-lhe: "Isso é coisa dela mesma. Não sei onde aprendeu"!

A partir desse relato comecei a me perguntar: será que as crianças são naturalmente preconceituosas ou é na família que elas aprendem a ter esse tipo de conceito sobre as pessoas com a pele mais escura, por exemplo? Perguntava-me em função do contato com os estudos sobre Piaget, entre outros, que diz que a criança aprende interagindo com o meio. Portanto, busquei compreender melhor quando a mãe da menina diz que o que fez foi coisa dela mesma. Mas interagindo com o ambiente pode ser com vários ambientes, não só com a família. Há toda a mídia e a cultura que parecem preconceituosas.

Na época em que frequentei a escola nas séries iniciais do ensino fundamental, nos anos 1970, não se falava em preconceito racial nas aulas de história e nem sobre racismo. Somente após ter sofrido esse tipo de preconceito é que comecei a entender que tudo aquilo que havia presenciado durante minha infância tinha um nome, o que podemos chamar hoje de racismo e preconceito. O que mais me dói hoje apesar de passado tanto tempo e de tantas leis que combatem e mesmo criminalizam o racismo e o preconceito é o fato de ainda existirem pessoas preconceituosas mesmo entre nós, na universidade, o que eu acreditava, ou queria acreditar, que eram coisas do passado.

Ao longo do Curso de Formação em Pedagogia na Unidade da UERGS em Alegrete, tivemos componentes sobre Educação Infantil, Literatura Infantil, Contação de Histórias, Direitos Humanos e Educação Indígena, do Campo e Quilombola. Os aspectos relativos à educação para a diversidade das relações étnico-raciais foram abordados nestes componentes, além de projetos de extensão realizados na UERGS sobre as questões do racismo e da negritude, como o Cine debate UERGS, nos quais se debatiam filmes acerca destas e de outras questões, como preconceitos raciais e de gênero. Estes foram importantes subsídios para minha formação docente, embora pudessem ser ainda mais trabalhados em diversos outros espaços ao longo da formação, na verdade, deveriam ser transversalizados nos nossos currículos e estarem sempre presentes em nossas práticas.

Assim, durante minha formação no Curso de Pedagogia, em várias práticas pedagógicas, trabalhei com contação de histórias, algo que me dava muito prazer e no que acreditava como importante ferramenta pedagógica. A primeira delas foi com uma turma de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. Isto ocorreu durante a semana da Consciência Negra, alusiva aos 20 de novembro. O livro infantil escolhido foi "Menina Bonita do Laço

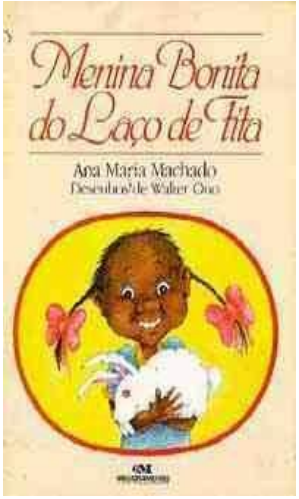
de Fita", da autora Ana Maria Machado. Ana Maria é formada em Letras pela Universidade do Brasil e lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Como jornalista, trabalhou por mais de dez anos na Rádio do Brasil. Foi uma das fundadoras, na década de 80, da primeira livraria infantil no Brasil, a Malasartes, no Rio de Janeiro, que existe até hoje. Nessa década, ela publicou mais de quarenta livros e, em 1981, recebeu o Prêmio Casa de las Américas com o livro "De Olho nas pernas". O reconhecimento mundial das obras de Ana Maria Machado aconteceu em 2000, quando recebeu o Prêmio Hans Chistian Andersen, o mais importante prêmio de Literatura infantil. No mesmo ano foi agraciada com a Ordem do Mérito Cultural. Foi ganhadora do Prêmio Jabuti de Literatura em 1978. O livro infantil escolhido, ricamente ilustrado, teve sua primeira publicação em 1986, gênero ficção, idioma português e trata de temas como o preconceito e o racismo, e mistura realidade com fantasia.

Desenvolvi esta atividade de contação de histórias utilizando esta literatura em vários epaços, nos estágios curriculares, nas práticas do PIBID e em apresentações na Feira do Livro de Alegrete, projeto de extensão universitária da qual a Uergs faz parte. Todas estas experiências foram muito significativas e percebi o quanto o tema da diversidde étnico-racial é pouco estudado ainda em nossa formação e o quanto precisamos desenvolver recursos pedagógicos adequados para trabalhar este tema, dentre eles, a contação de histórias, sobretudo para as crianças na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. O envolvimento com a história me motivou a construir vários materiais para a contação dessa história, como se pode ver nas figuras que seguem. Esta história foi contada utilizando-se fantoches de feltro criados por mim, sendo uma boneca preta, um coelho branco, a família do coelho, além de outros materiais, como a casa da menina bonita, o balde de tinta preta e as jabuticabas, feitas de bolinhas de pano. Percebi o grande potencial desta proposta pedagógica na abordagem das questões de preconceito étnico-racial, com a participação sempre ativa e alegre das crianças, que pareciam compreender o valor de respeito à diversidade e se encantavam com os materiais, bem como com as indagações feitas ao longo da contação por ocasião da leitura da história. Outras histórias têm sido por mim pesquisadas desde então que abordam estas questões do racismo e da valorização da identidade das meninas e meninos negros. Certa da importante contribuição da educação na desconstrução do racismo em nossa sociedade é que busco contribuir com a reflexão sobre a contação de histórias como ferramenta pedagógica para a abordagem da educação para a diversidade das relações étnico-raciais na escola, daí o interesse por desenvolver o tema neste trabalho.

Figura 1. Minha avó: Ancestralidade indígena

Fonte: Acervo da autora

Figura 2. Capa do livro “Menina Bonita do Laço de Fita”

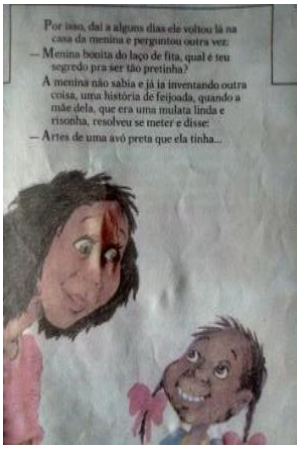


Fonte: Acervo da autora 2019.

Figura 3. A Menina “Menina Bonita do Laço de Fita”

Fonte: Acervo da autora 2019.

Figura 4. A mãe da Menina



Por isso, dal a alguns dias ele voltou lá na casa da menina e perguntou outra vez:
— Menina bonita do laço de fita, qual é teu segredo pra ser tão pretinha?
A menina não sabia e já ia inventando outra coisa, uma história de feijoada, quando a mãe dela, que era uma mulata linda e risonha, resolveu se meter e disse:
— Artes de uma avó preta que ela tinha...

Fonte: Acervo da Autora, 2019.

Figura 5: O coelho branco

Fonte: Acervo da autora 2019.

Figura 6: A família do coelho e da menina

Fonte: Acervo da Autora. 2019.

Figura 7. Contação de Histórias

.

Fonte: Acervo da Autora. 2019.

Figura 8: Contação de Histórias

Fonte: Acervo da Autora. 2019.

Figura 9: Contação de Histórias

Fonte: Acervo da Autora. 2019.

Figura 10. Feira do Livro de Alegrete

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 11. Feira do Livro de Alegrete

Fonte: Acervo da autora, 2019.

5 DISCUSSAO

A narrativa aqui apresentada demonstra o preconceito que existe em nossa sociedade. A diversidade étnico-racial se apresenta cotidianamente nas relações interpessoais, no pertencimento étnico-racial da comunidade escolar, nas brincadeiras, nas diferentes formas de linguagens corporais e artísticas, nas práticas docentes, na arquitetura e localização da escola. A escola não é uma instituição isolada da sociedade, portanto produz e/ou reproduz contradições históricas, sociais, raciais e econômicas (RODRIGUES; CARDOSO, 2019).

O preconceito e a discriminação racial devem ser enfrentados pela escola, o que está fundamentado nas diversas normativas legais que regem a educação brasileira (BRASIL, 2003, 2013) e também encontra respaldo no Plano Estadual de Educação ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015) e no Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010). Mas há, como apontam Rodrigues e Cardoso (2019), dificuldades para a implementação destas normativas, sobretudo em função da falta de formação docente e de estratégias pedagógicas adequadas para o trabalho com as questões que envolvem as relações étnico-raciais.

Isso pode ser observado na narrativa, pois, apesar de constar essa discussão em alguns componentes curriculares e propostas de cursos e projetos de extensão oferecidos pelo Curso de Pedagogia da Uergs, estes temas deveriam estar de alguma forma contemplada em todo o currículo, não ficando apenas como temas de algumas poucas disciplinas específicas, tais como Literatura Infantil, Educação e Direitos Humanos e Educação Indígena, do Campo e Quilombola, por exemplo. A formação docente é fundamental para a efetiva implementação das leis, senão, por mais que a professora se interesse, não tendo formação adequada, não se atreverá a abordar temas que não conhece, ou o fará de forma inapropriada. Isso é destacado por Nilma Gomes (2011), para quem precisamos saber mais sobre a história e a cultura africana e afrobrasileira, bem como construir práticas pedagógicas e estratégias depromoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula.

Umas das estratégias pedagógicas muito utilizada no trabalho com a educação para as relações étnico-raciais, em especial na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, é a contação de histórias. A contação de histórias tem papel fundamental nos processos de ensino-aprendizagem, seja em relação aos aspectos cognitivos quanto em relação aos aspectos afetivos, sensoriais, relacionais, de desenvolvimento da imaginação e da sensibilidade. A contação de histórias contribui, portanto, não só para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas também na formação da identidade, na formação da consciência de si e na compreensão das relações com o outro e com o mundo. Além disso, os contos nos ensinam a enxergar as diferenças culturais e apreciar a diversidade humana (ABRAMOVICH, 1997, apud CASTRO,

2016; TORRES; TETTAMANZY, 2008).

Para o trabalho com as relações étnico-raciais, é preciso conhecer o tema, bem como literatura infantil adequada sobre a questão. Há muita literatura infantil na atualidade sobre essa temática, que trabalha a questão do racismo e a valorização da identidade e da cultura do povo negro. Algumas referências foram sugeridas durante algus componentes curriculares do Curso de Graduação em Pedaogia da Uergs Alegrete, bem como fui descobrindo outras ao longo da pesquisa para este trabalho, tais como "O cabelo de Lelê", de Sílvia Belém (2017), "O menino de todas as cores", de Luísa Ducla (2010) e "Meu crespo é de rainha", de bell hooks (1999). Descobri as inúmeras riquezas de livros infantis escritos por indígenas e africanos, ou até mesmo por admiradores dessas culturas, como é o caso Ana Maria Machado. Penso que deveríamos como docentes apresentar essas belezas, que são muitas vezes desvalorizadas e esquecidas, até mesmo para resgatar suas origens e desmontar o racismo existente na escola e na sociedade.

Para a contação de estórias, escolhi "Menina Bonita do Laço de Fita", de Ana Maria Machado (2001), literatura que estava disponível na biblioteca da Unidade da Uergs em Alegrete, bem como foi uma das primeiras obras de literatura infantil a abordar a temática na década de 1980. O contato com esta obra ocorreu na época da realização do estágio curricular em Educação Infantil, pois pretendia trabalhar com este tema na Semana da Consciência Negra. Depois, segui desenvolvendo e aperfeiçoando a contação desta história ao longo de outras práticas durante o Curso de Pedagogia, inclusive nas práticas do Pibid. Confeccionei diversos materiais costurados em feltro e tecido para a contação da história, o que fiz com muito prazer e dedicação, como demonstrado nas figuras anteriormente apresentadas. O uso destes materiais, como apontam Francisca Maciel (2010) e Andryelli Silva (2019), é muito rico e oportuno para a contação de histórias, o que se confirmou durante as experiências por mim vivenciadas.

Segundo Fátima Rosa e Bárbara Rosa (2017), os personagens da história, o coelho, a menina e a mãe da menina são essenciais para trabalhar com temas como a miscigenação, o gênero e o racismo. Na história, o coelho branco queria ficar preto igual à menina, e faz muitas tentativas, mas não consegue. O coelho branco era apaixonado pela cor da menina, ele queria ficar preto igual a ela. Toda vez que o coelho perguntava para a menina qual era o segredo dela ser tão pretinha, a menina sempre inventava uma explicação diferente: inventou que devia ser porque havia caído na tinta preta quando era pequenina; no outro dia inventou que ela tinha tomado muito café quando era pequenina; depois inventou que devia ser porque

comeu muita jabuticaba quando era pequenina. A menina não sabia a resposta e chegou, ainda, a inventar uma história de feijoada. Para Andrielly Silva (2019), parece que, pelas respostas da menina, trata-se de uma criança que não se confrontou com a construção de sua identidade negra. Em certo ponto da história, a mãe da menina explica que somos parecidos com nossos familiares. Assim, o coelho entende que, se casasse com uma coelha preta, poderia ter filhos da cor que ele tanto queria ser. O tal casamento se realiza e tiveram uma ninhada de filhotes de várias cores, preto, branco e marronzinho, o que procurei desenvolver com a criação dos fantoches da família do coelho e da menina (Figura 5).

Esse aspecto me fez pensar na inocência da criança ao não perceber as diferenças de cor, como aconteceu inicialmente comigo em minha infância, segundo relatado na narrativa. Eu só fui perceber mais tarde que minha cor era mais escura e que isso causava certa forma de discriminação e de preconceito. Mas essa dita inocência infantil pode significar a falta de consciência quanto às origens, à ancestralidae e a negação na nossa sociedade das diferenças étnico-raciais disfarçadas no mito da miscigenação e da democracia racial (SCHWARCZ, 2012). Observa-se que “muitos precisam renegar seu passado por medo de sofrer o preconceito por parte das pessoas ou até mesmo da sociedade” (ROSA; ROSA, 2017, p.77).

Segundo Silva e Tenório (2005), tendo em vista que a obra literária transmite mensagens que revelam expressões culturais da sociedade, a forma como criança negra, ou indígena, é representada na literatura infantil pode vir a impedir o desenvolvimento de uma identidade positiva com relação às suas origens, reforçando a ideia de inadequação. Nesse sentido, o livro de Ana Maria Machado pode não atender as expectativas de valorização da cultura afrodescendentes por não abordar as caraterísticas desse povo, o sentimento de pertença a suas raízes e a valorização da ancestralidade. Contudo, cabe salientar que na época de publicação da obra, final dos anos 80, não havia a obrigatoriedade legal da abordagem das relações étnico-raciais na escola e a ênfase na valorização da cultura afrobrasileira e indígena, o que só veio a ocorrer bem mais tarde. Nesta época, no Brasil, não havia a ascensão do protagonismo negro como vemos hoje. Ainda assim, a autora inovou ao apresentar a temática com estilo e poesia. A narrativa se vincula ao universo infantil tanto pela abordagem estética e lúdica quanto pela experiência sensível da leitura e pelos espaços abertos que fazem o leitor recorrer a sua imaginação.

A análise desta experiência me leva a concluir que a contação de histórias é importante recurso pedagógico para o trabalho com as questões das relaçõesétnico-raciais na escola. Foi uma experiência muito gratificante tanto em termos pessoais quanto profissionais, contribuindo

em muito para minha formaçao docente. Contudo, reitero a necessidade de que possamos ter maior fundamentação para este tipo de trabalho em nossa formação, bem como conhecer outras formas de abordagem além da contação de histórias, além de uma fomação mais sólida nas questões que envolvem a temática, tal como prevêem as normativas legais.

Quanto à obra literária escolhida, embora possa haver outras mais atuais e mais alinhadas às normativas legais vigentes, penso que a obra “Menina Bonita do Laço de Fita” contribui para o trabalho com as questões do racismo e das relações étnico-raciais na escola, enfatizando a descoberta da identidade afro junto às crianças, abarcando os estereótipos que circundam a temática estudada. Outras obras a partir das quais pudessem ser explorados outros elementos, tais como a valorização da cultura e das especificidades da população negra e indígena, suas lutas, origens e contribuições à cultura, seus mitos e lendas e formas de ser, talvez fossem mais indicadas. Isso foi de certa forma, incluído por mim nas discussões com as crianças ao longo das práticas desenvolvidas, o que me faz pensar que, com formação adequada, podemos trabalhar desde a Educação Infantil, por meio de muitas estratégias, dentre elas, a contaçao de histórias, as questôes que envolvem a educação para a diversidade étnico-racial na escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei demonstrar ao longo deste trabalho a importância da abordagem do tema

das relações étnico-raciais na escola, tendo a contação de histórias como ferramenta pedagógica. Escolhi o livro “Menina Bonita do Laço de Fita”, apesar das críticas em relação a não trabalhar de maneira explícita a valorização da ancestralidade e da cultura do povo negro, por ser uma das primeiras literaturas infantis a trazer este tema para a discusssão na escola. A história aborda a questão da diferença de cor de maneira lúdica e foi muito prazerosa a experiência, o que me instigou a seguir pesquisando outras literaturas infantis sobre a temática em questão.

A partir da análise da narrativa pode-se afirmar que o racismo e o preconceito ainda existem em nossa sociedade, não ficaram guardados no passado e uma forma de trabalhar esse tema é por meio da literatura infantil. Outras autoras além de Ana Maria Machado, como Bell Books, Silvia Belém e Luisa Ducla trazem histórias encantadoras queajudam na desconstrução dos estereótipos e preconceitos e constroem uma boa autoestima empoderamento, para as crianças negras. È preciso que a criança passe a conhecer e compreender desde cedo as suas origens, a cor da sua pele, o jeito do seu cabelo e o porquê ela ter nascido dessa forma, valorizando sua identidade e as diferenças.

A experiência aqui narrada me levou a concluir que a contação de histórias é muito importante para a criança, pois ajuda em seu processo de desenvolvimento cognitivo e social, através do lúdico entre o faz de conta e a realidade dos fatos. Para isso, é preciso gostar de histórias, e de contar e ouvir histórias, bem como desenvolver habilidades para sermos uma boa contadora, pois não basta apenas ler a história, mas criar um ambiente lúdico, o que procurei oportunizar às crianças por meio da confeccção e utilização de fantoches na contação.

Foi uma experiência muito gratificante trabalhar com a contação de historias, pois contribuiu muito para a minha formação, me desafiando a ser criativa e a seguir buscando subsídios para o trabalho com a questão da diversidade das relações étnico-raciais. Destaco aqui a contribuição do Curso de Pedagogia da Uergs em Alegrete para minha formação, ressaltando a necessidade de que sejam intensificados e ampliados espaços nos quais estas questões sejam debatidas, ao longo do Curso, o que só enriquecerá nossa atuação profissional.

REFERÊNCIAS

BELÉM, Silvia. **O cabelo de Lelê**. São Paulo, Editora Nacional, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6975249/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.3. Acesso em: 13 dez 2020.

BRASIL. **Lei 10.639/2003.** Altera a Lei 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir nocurrículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/. Acesso em: 13dez. 2020.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 13 dez 2020.

BRAIL. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010**. Instuti o Estatudo da Igualdade Racial e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 14 junho 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

BEZERRA, Juliana; MACHADO, Emerson**. Raça e etnia.** Fundação AFID, Portugal, 2017. Disponívelem: https://www.diferenca.com/raca-e-etnia/.Acesso em:12 nov.2020.

BARROS, Paula R.. **A contribuição da literatura infantil noprocesso deaquisição deleitura**. 57 f. Monografia. Graduação em Pedagogia. Centro Universitário Católico, São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56015.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil.** Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. M/G, 2010.
Disponível em: http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/literatura-infantil. Acesso em: 1ºde nov. 2020.

CARDOSO, Ana Lúcia S.; FARIA Moacir A. De. **A contação dehistórias no desenvolvimento da educação infantil.** UNINOVE, Faculdades São Roque de Pedagogia, 2016. Disponível em:http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v6-2016/Artigo-Ana-Lucia-Sanches.pdf.Acesso em: 18 nov. 2020.

CASTRO, Eline Fernandes de. **A importância da leitura infantil para o desenvolvimentoda criança.** Brasil Escola. 2016. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-importancia-literatura-infantil-para-desenvolvimento.htm.Acesso em: 18 nov.2020.

DUCLA, Luiza. **O menino de todas as cores.** São Paulo, Nova Gaia, 2010.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei1 4.705/2015**. Instituio Plano Estadual de Educação (PEE). Disponívelem http://www.al.rs.gov.br/. Acesso em: 03 abril 2020.

FREITAS, Denise de; GALVÃO, Cecília. O uso de narrativas autobiográficas no desenvolvimentoprofissional de professores. **Ciências & Cognição**, n. 4, vol. 12, p. 219-233, 2007. Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/648.Acesso em: 28 nov. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a lei 10.639/03**. Portal Gelédes, Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/?gclid=eaiaiqobchmi8sbkzh67aivbayrch3imwpseaayasaaeglb-pd_bwe. Acesso em: 11nov.2020.

HOOKS, Bell. **Meu crespo é de rainha.** São Paulo, Boitatá, 1999.

LOURENÇO, Ruth Castelo Branco. **A contação de histórias como plano de ação na educação infantil.** 2012. Monografia. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VRNS-9P4PGA/1/plano_de_ao_em_pdf.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita.** São Paulo: Ática, 2001.

MACIEL**,** Francisca Izabel Pereira. **Educação, leitura e literatura:** diálogospossíveis. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON, Rildo (Orgs.), Literatura: ensino fundamental (Coleção Explorando o Ensino, v. 20). Brasília : MEC, SEB, 2010, p. 9-22. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7841-2011-literatura-infantil-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERES, Silvana G.; NAVES, Renata M.; BORGES, Fabrícia T. Recursos simbólicos e imaginação no contexto dacontação de histórias. **Psicologia Escolar Educacional,** n. 22 v.1, abr 2018 Disponível em:https://www.scielo.br/scielo.php? script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000100151. Acesso em: 09nov. 2020.

PORFÍRIO, Francisco. O que é racismo?. **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-racismo.htm. Acesso em 24 de junho de 2020.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia: SEDUC, 2005.

RODRIGUES, Scheila Leal; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares; SOUZA, Antonio

Escandiel de; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; BASSO, Berenice Geschwind. **Literatura Infantil:** Origense Tendências. Anais do XV Seminário Internacional de Educação no Mercosul. Cruz Alta, maio de 2013. Disponível em: https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2013/Linguagem%20E%20Desenvolvimento%20Sociocultural/Artigos/Literatura%20Infantil%20Origens%20e.Acesso em:18nov.2020.

RODRIGUES, Tatiane; CARDOSO, Ivanilda. A importância de promover um ensino contra o racismo. **Nova Escola**, 2019. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/15468/a-importancia-de-promover-um-ensino-contra-o-racismo. Acesso em: 14 jun. 2021.

ROSA, Fátima S; ROSA, Bárbara J. Identidade e diferença em menina bonita do laço de fita. **Revista Letras,** Curitiba, v. 19, n. 24, p. 72-83, mar. 2017.
Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/download/5056/3729. Acesso em: 15 jun. 2021.·

SANTOS, Héllen Thaís dos; GARMS, Gilza Maria Zauhy. **Método autobiográfico e metodologia de narrativas**: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores. Anais do II Congresso Nacional de Formação de Professores. XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. São Paulo: UNESP; 2014. p. 4094-4106. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/141766>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e raça na sociedade brasileira. 1ª ed. São Paulo, Editora Enigma, 2012.

SILVA, Andrielly Correia S. **Subjetividades em tempos literários e midiáticos**: permanência e subversão em "Menina bonita do laço de fita", de Ana Maria Machado. 2019. 36fls. Monografia (Graduação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019.

SILVA, Karina; TENÒRIO, Rosângela. **A reapresentação da criança negra em Menina Bonita do Laço de Fita**.Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Formação de Professores e Prática Pedagógica. Recife 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39683/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Karina%20Carla%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais nas escolas**: Possibilidades e desafios para a implementação da lei 10.639/03. 1ª ed.São Paulo,Editora Peirópolis, 2007.

TORRES, Shirlei Milene; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Contação de histórias: resgate da memória e estimulo à imaginação. **Nau Literária**, Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas, PPG Letras, UFRGS, Porto Alegre, vol. 04, n. 01, jan/jun 2008, p. 1-8.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 13 jun. 2021.